

Bruxelas, 22 de maio de 2025
(OR. en)

9127/1/25
REV 1

AGRI 202
AGRIFIN 51
AGRISTR 21
AGRIORG 59
ENV 369
POLCOM 95

NOTA

de: Secretariado-Geral do Conselho
para: Delegações

Assunto: Comunicação intitulada «Visão para a Agricultura e o Setor Alimentar»
– *Debate de orientação*

Tendo em vista o debate na reunião do Conselho (Agricultura e Pescas) de 26 de maio de 2025, o anexo da presente nota contém o resumo dos debates elaborado pela Presidência e as recomendações formuladas pelas delegações.

Debate do Conselho sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: «Visão para a Agricultura e o Setor Alimentar: Construir juntos uma agricultura e um setor alimentar da UE atrativos para as gerações futuras»

– Resumo dos debates elaborado pela Presidência e recomendações formuladas pelas delegações

– Introdução

Em 19 de fevereiro de 2025, a Comissão Europeia apresentou a Comunicação intitulada «Visão para a Agricultura e o Setor Alimentar» (doc. 6385/25), um conjunto de reflexões sobre o futuro da agricultura e do setor alimentar na União Europeia.

A Presidência polaca realizou uma série de debates abertos e sem restrições sobre a Visão, com o objetivo de dar aos Estados-Membros a oportunidade de apresentarem as suas avaliações, os seus pareceres e as suas propostas sobre os objetivos e soluções constantes do documento. Na perspetiva da Presidência, esse tipo de debates constitui um elemento essencial do diálogo sobre o futuro da agricultura e da política agrícola europeias.

A Visão foi debatida pelo Conselho (Agricultura e Pescas) nas suas reuniões de 24 de fevereiro e 24 de março de 2025, durante as quais os ministros mandataram o Comité Especial da Agricultura (CEA) para a debater em pormenor. Posteriormente, foi debatida em quatro reuniões do CEA, realizadas em 31 de março, 7 de abril, 28 de abril e 5 de maio de 2025.

A Presidência centrou os trabalhos nos quatro objetivos prioritários da Visão e no objetivo horizontal, com recurso a perguntas (incluídas no anexo 1).

Tendo em conta o desenrolar desses debates, a Presidência apresenta o seguinte resumo do diálogo sobre a Visão e recomendações relativas à verificação rural, solicitando à Comissão que os tenha em conta nos seus trabalhos sobre as próximas propostas legislativas em matéria de política agrícola comum após 2027.

– Observações na generalidade

A comunicação da Comissão foi bem acolhida por colocar a segurança alimentar no centro da Visão

A maioria dos Estados-Membros respondeu de forma positiva à Comunicação da Comissão intitulada «Visão para a Agricultura e o Setor Alimentar», tendo concordado com muitos dos seus objetivos e projetos. As delegações congratularam-se com o facto de a segurança alimentar e a produção agrícola ocuparem um papel central na Visão. Assinalaram o facto de o documento conter soluções que constituem uma boa base para assegurar a segurança alimentar na Europa, a competitividade e a resiliência da agricultura europeia.

O diálogo com os agricultores é essencial para debater o futuro da PAC e da agricultura

Foi considerada positiva a ênfase dada na Visão à necessidade de dialogar com os agricultores para se debaterem soluções futuras. Algumas delegações registaram que o documento refletia as preocupações dos agricultores e também abordava as observações formuladas pelas partes interessadas e pelo Conselho nas suas Conclusões sobre uma política agrícola comum pós-2027 centrada nos agricultores (doc. 16694/24).

Manter a atual estrutura da PAC e assegurar que é devidamente financiada

A maioria das delegações assinalou o facto de a Visão não abordar a questão do financiamento da PAC. Ao mesmo tempo, as delegações sublinharam que seria muito importante, para o cumprimento dos objetivos da Visão e em matéria de agricultura, dispor de um orçamento adequado e separado para esta política. Foi destacado que o financiamento da PAC tem de continuar a basear-se em dois pilares e muitas delegações indicaram a necessidade de reforçar o financiamento do segundo pilar da PAC. Por outro lado, algumas delegações indicaram que o debate sobre a Visão não deveria prejudicar o debate sobre o quadro financeiro plurianual (QFP), que se realizará no fórum devido.

A necessidade de simplificar a PAC

De um modo geral, as delegações destacaram a importância de simplificar a PAC em vários domínios relacionados com os objetivos da Visão. Apelaram a uma simplificação no caso dos pagamentos diretos, tanto em termos de requisitos como de controlos, bem como das modalidades de apoio aos jovens agricultores.

Uma PAC feita à medida

As delegações assinalaram que não é adequado aplicar soluções uniformes em todas as regiões e países, destacando a importância das especificidades regionais e de uma abordagem territorial.

Ao mesmo tempo, insistiu-se na necessidade de aplicar de forma integrada os diferentes instrumentos da PAC.

– Primeiro objetivo da Visão

Expectativa de que a diversificação reforce os rendimentos agrícolas

A maioria das delegações concordou com a necessidade de diversificar as fontes de rendimento dos agricultores, através do desenvolvimento da bioeconomia, da produção de energias renováveis ou da carbonicultura. No entanto, insistiu-se que estas atividades deverão ser complementares ao rendimento agrícola e não deverão limitar a disponibilidade de terras para a produção de alimentos. Muitas delegações indicaram a importância de ter conhecimento dos pormenores de soluções como os créditos da natureza e das possibilidades de aplicação dessas soluções às pequenas e médias explorações agrícolas.

Continuar os pagamentos diretos e melhorar o seu direcionamento

As delegações sublinharam a importância da função estabilizadora dos pagamentos diretos para o rendimento dos agricultores. Chamaram a atenção para a necessidade de melhorar o direcionamento dos pagamentos diretos apoiando os jovens e novos agricultores, a fim de ter mais em conta as necessidades das pequenas e médias explorações agrícolas. Ao mesmo tempo, destacaram a necessidade de manter o apoio às zonas com condicionantes naturais. Foi igualmente salientada a necessidade de adaptar melhor o sistema de pagamentos às condições nos Estados-Membros e a subsidiariedade na aplicação dos diferentes elementos do sistema.

Algumas delegações realçaram a necessidade de concluir a convergência externa dos pagamentos diretos, do ponto de vista da equidade e do equilíbrio na UE, mas outras delegações chamaram a atenção para a necessidade de ter em conta a diferenciação dos custos de produção e dos rendimentos agrícolas.

A necessidade de melhorar a renovação geracional

A maioria das delegações apoiou a renovação geracional na agricultura e concordou com a necessidade de pôr termo ao despovoamento nas zonas rurais, o que seria relevante também em termos de segurança das zonas fronteiriças. Neste contexto, as delegações destacaram a importância de assegurar a atratividade e a competitividade da agricultura e a vitalidade das zonas rurais. As medidas destinadas a melhorar o acesso ao capital e às terras foram consideradas fundamentais para a renovação geracional na agricultura.

Manter uma forte componente de investimento no âmbito da PAC

Muitas delegações evidenciaram a necessidade de manter uma forte componente de investimento no âmbito da PAC. A este respeito, foi salientada a importância do devido financiamento do segundo pilar da PAC. As delegações indicaram que o financiamento da PAC não seria substituído por disposições adicionais, por exemplo as relacionadas com o apoio prestado pelo Banco Europeu de Investimento (BEI). A transformação ecológica e digital, a redução do impacto da agricultura no clima e no ambiente, o reforço da sua resiliência, a introdução de novas tecnologias e inovações e a partilha de conhecimentos foram identificados como sendo domínios que exigem apoio ao investimento, independentemente da fonte de financiamento.

Garantir preços justos pelos produtos agrícolas

Durante os debates, as delegações evidenciaram a necessidade de desenvolver soluções que garantam condições comerciais equitativas na cadeia de abastecimento, nomeadamente a limitação da venda de produtos agrícolas abaixo do custo de produção.

– Segundo objetivo da Visão

Reforçar a competitividade e a sustentabilidade da agricultura

As delegações concordaram que é necessário reforçar a competitividade e a sustentabilidade da agricultura. Ao mesmo tempo, salientaram que é essencial que a agricultura atinja os seus objetivos económicos e que as três dimensões da sustentabilidade são importantes. Destacaram a necessidade de encontrar um equilíbrio entre a competitividade do setor e as medidas que visam reduzir o seu impacto ambiental e climático. As delegações qualificaram como altamente pertinentes as ações destinadas a aumentar a disponibilidade de novas tecnologias e inovações para os agricultores, assegurando o seu acesso ao conhecimento, nomeadamente através de formação e aconselhamento, e aumentando a importância da investigação.

O papel estratégico da produção animal na agricultura

Os delegados salientaram o papel estratégico do setor da pecuária. A diversidade dos modelos pecuários exige ferramentas para adaptar o apoio aos modelos de produção individuais, para evoluir no sentido da sustentabilidade da produção e para responder aos diferentes desafios. O apoio deverá incluir pagamentos diretos, incluindo pagamentos associados, e pagamentos para zonas com condicionantes naturais, bem como apoio ao investimento. Foi realçado o papel da investigação e da inovação, especialmente em matéria de genética animal e zootecnia.

Melhorar a resiliência da agricultura

As delegações evidenciaram a necessidade de reforçar a resiliência da agricultura, nomeadamente perante desafios como as doenças animais e os fenómenos meteorológicos extremos, o que exige uma gestão dos riscos e instrumentos de adaptação e de crise que sejam adequados. Foi destacado o importante papel da reserva agrícola neste contexto. A agricultura exige estabilidade e previsibilidade da produção.

Cláusulas-espelho no comércio internacional

Foi evidenciada a necessidade de um maior alinhamento dos produtos importados com as normas de produção da UE e de uma garantia das condições de concorrência equitativas para os agricultores da UE. No entanto, alguns Estados-Membros opõem-se a cláusulas-espelho, referindo as potenciais consequências negativas para as exportações da UE.

Novas estratégias a nível europeu

As delegações manifestaram o seu apoio às propostas para desenvolver uma série de estratégias europeias e mostraram-se particularmente positivas no que diz respeito ao seguinte: a) a renovação geracional, b) a resiliência hídrica, c) as proteínas e d) as estratégias para o setor da pecuária.

– Terceiro objetivo da Visão

Avaliação comparativa voluntária dos esforços de sustentabilidade das explorações agrícolas

A maioria das delegações apoiou o desenvolvimento de um sistema de avaliação comparativa da sustentabilidade das explorações agrícolas. Deverá tratar-se de um sistema simples, transparente, que não aumente os encargos para os agricultores nem para as administrações e que se baseie em dados fiáveis e comparáveis. O sistema deverá ter um valor de incentivo e não deverá aumentar os requisitos nem restringir o acesso dos agricultores ao mercado. O sistema deverá ser desenvolvido em cooperação com os agricultores, ter em conta a grande diversidade da agricultura na UE e tirar partido da experiência de alguns Estados-Membros com sistemas desse tipo. Deverá dar aos agricultores a oportunidade de partilharem boas práticas e aprenderem com o exemplo de outras explorações agrícolas. Algumas delegações manifestaram preocupações quanto à possibilidade de harmonizar o sistema de avaliação comparativa a nível da UE, dada a diversidade dos sistemas de produção, e apresentaram dúvidas quanto à conveniência de tal sistema.

Ação climática e ambiental através da execução de medidas baseadas em incentivos

As delegações evidenciaram a necessidade de incentivos adequados para que os agricultores executem medidas benéficas para o clima e para o ambiente que prestem serviços ecossistémicos. Foi igualmente realçado o desenvolvimento de soluções baseadas no recurso a fundos do setor privado. A necessidade de um equilíbrio entre incentivos e requisitos foi sublinhada no contexto das medidas relativas à gestão dos recursos hídricos e à saúde dos solos.

Necessidade de desenvolver uma estratégia de resiliência hídrica

As delegações sublinharam o facto de a água dever ser uma prioridade no contexto da agricultura e da produção alimentar. Congratularam-se com o anúncio de que a Comissão irá elaborar uma estratégia de resiliência hídrica para desenvolver novas ações adaptadas aos desafios e que incluirá o reforço da competitividade das explorações agrícolas.

Continuação dos instrumentos existentes da PAC para a gestão dos recursos hídricos e a saúde dos solos

As delegações lembraram que a PAC já dispõe de uma série de instrumentos que favorecem a gestão dos recursos hídricos e a saúde dos solos: as normas BCAA, as medidas agroambientais e climáticas, os regimes ecológicos e o apoio a prados permanentes. Chamaram a atenção para o importante papel dos instrumentos do segundo pilar da PAC no financiamento de medidas a favor de solos saudáveis, da resiliência hídrica e da redução das práticas agrícolas intensivas. Foi assinalado que a futura PAC deverá manter este vasto leque de medidas.

Gestão sustentável dos recursos hídricos e do solo

As delegações debateram o papel fundamental das soluções circulares tanto no que diz respeito ao solo como aos recursos hídricos. Mencionaram soluções para o ciclo da matéria orgânica, a utilização de águas pluviais, o investimento em sistemas sustentáveis de recolha de água, a reutilização da água, a irrigação e a conservação. Foi evidenciada a importância da cooperação entre a ciência e a prática, do papel da investigação e inovação e do aconselhamento para apoiar a concretização de soluções a nível das explorações agrícolas.

– Quarto objetivo da Visão

Reforçar as complementaridades e as sinergias entre as políticas de apoio ao desenvolvimento rural

As delegações apelaram à manutenção da estrutura de dois pilares da PAC, com o apoio ao desenvolvimento rural no segundo pilar. Ao mesmo tempo, a maioria das delegações assinalou que a PAC não deverá ser o único instrumento para um apoio desse tipo e que seria igualmente necessário manter o financiamento para as zonas rurais proveniente de outras políticas, nomeadamente da política de coesão. A complementaridade e a sinergia do apoio proveniente de diferentes fontes e instrumentos de desenvolvimento rural deverão centrar-se nos seguintes aspetos: infraestruturas técnicas e sociais, apoio ao empreendedorismo (especialmente a pequenas e médias empresas), renovação geracional e acessibilidade dos serviços básicos. Alguns Estados-Membros evidenciaram a necessidade de investir na resiliência rural, tendo também em conta a situação geopolítica e os desafios em matéria de segurança territorial.

Verificação rural como instrumento de apoio à complementaridade das políticas de desenvolvimento rural

A maioria das delegações chamou a atenção para a utilização da verificação rural a diferentes níveis como importante solução sistémica para promover a complementaridade e a sinergia entre os diferentes instrumentos de apoio rural. Simultaneamente, houve apelos para que tal utilização não constitua um encargo administrativo adicional. O anexo 2 contém as recomendações mais abrangentes em matéria de verificação rural formuladas pelos Estados-Membros nos debates separados iniciados pela Presidência antes da apresentação da Visão.

Iniciativa LEADER em prol do desenvolvimento rural

As delegações sublinharam que um instrumento muito bom para apoiar a ativação das comunidades locais e apoiar as iniciativas de desenvolvimento da base para o topo nas zonas rurais é e deverá continuar a ser o programa LEADER.

– Objetivo horizontal da Visão

Assegurar infraestruturas adequadas para o desenvolvimento da digitalização na agricultura e nas zonas rurais

As delegações qualificaram a acessibilidade digital e as infraestruturas de telecomunicações, nomeadamente a banda larga e o 5G, como pré-requisitos muito importantes para o desenvolvimento e a concretização da digitalização na agricultura e nas zonas rurais. Isso implica o financiamento proveniente de várias fontes e, muitas vezes, a afetação de recursos públicos. Algumas delegações evidenciaram a importância da acessibilidade digital como base para o desenvolvimento global da economia rural. A digitalização foi igualmente apontada como um fator importante para promover a renovação geracional na agricultura e nas zonas rurais.

Financiamento necessário para apoiar a concretização da inovação

As delegações assinalaram que deverão ser disponibilizados instrumentos financeiros diversificados e adequados, incluindo empréstimos acessíveis e favoráveis, para permitir aos agricultores pôr em prática a inovação e novas soluções. Foi salientado que estas soluções deverão ser adaptadas às especificidades da agricultura e às necessidades das PME que operam no setor e nas zonas rurais.

Apoio essencial ao aconselhamento e à formação

A maioria das delegações assinalou o acesso generalizado e fácil à formação e a serviços de aconselhamento como um fator essencial para alcançar muitos dos elementos e objetivos da Visão, de modo que os agricultores, tanto os novos como os mais experientes, assim como os habitantes das zonas rurais, possam adquirir as aptidões e as competências adequadas. Neste contexto, chamou-se a atenção para um sistema de aconselhamento adequado.

O programa de formação deverá abranger elementos que facilitem a gestão das explorações agrícolas, a introdução de novas soluções (por exemplo, o plantio direto, a agricultura regenerativa, a agricultura de precisão e climaticamente inteligente, novas técnicas de irrigação, a utilização de tecnologias digitais) e o empreendedorismo, as tecnologias modernas no setor agroalimentar e a criação e o desenvolvimento de empresas rurais.

Foi igualmente destacada a necessidade de criar e desenvolver sistemas para o intercâmbio de conhecimentos e para a partilha de experiências, novas soluções e boas práticas, nomeadamente através de polos, da colaboração digital e de plataformas de comunicação.

Investigação e desenvolvimento – um elemento-chave da estratégia agrícola e alimentar da UE

As delegações sublinharam que a investigação e a inovação, financiadas por várias fontes – nomeadamente pelos programas de investigação europeus –, desempenhariam um papel importante na consecução dos objetivos e prioridades da Visão. Salientaram ainda que a investigação é crucial para a competitividade e a resiliência do setor agroalimentar europeu, para melhorar o desempenho ambiental do setor (inclusive na produção animal) e para reduzir a dependência das importações de fatores de produção essenciais, como as proteínas forrageiras e os adubos. Foi dado destaque à importância de investir na investigação de novas variedades vegetais resistentes (inclusive de novas técnicas genómicas) e de genética animal. Foi igualmente evidenciada a importância da cooperação entre a ciência e a prática, nomeadamente do apoio às Parcerias Europeias de Inovação (PEI).

Perguntas da Presidência para orientar o debate sobre a Visão e os seus objetivos*Primeiro objetivo*

- A Visão refere a necessidade de os agricultores obterem receitas de várias fontes no mercado, incluindo novas fontes de rendimento complementares. Considera que esta possibilidade é exequível e, em caso afirmativo, qual é a melhor forma de alcançar este objetivo, tendo em conta os desafios climáticos, estruturais e do mercado?
- Como conciliar o direcionamento mais preciso, defendido na Visão, do apoio aos agricultores que se dedicam ativamente à produção alimentar com a premissa de direcionar o apoio aos agricultores que dele mais necessitam, mantendo presente o objetivo de uma PAC simplificada?
- Considera que há espaço e instrumentos para uma maior participação da PAC na renovação geracional na agricultura? Em caso afirmativo, por favor apresente exemplos.
- A Visão prevê a construção de uma agenda de investimento ambiciosa. Na sua opinião, que novos elementos deverão constar desta agenda e que elementos existentes podem ser utilizados de forma mais inteligente no futuro?

Segundo objetivo

- Considera que os planos da Comissão delineados na Visão são suficientes para reforçar a competitividade e a resiliência da agricultura europeia? Caso contrário, que outras medidas sugere?
- Embora se reconheça que o setor da pecuária da UE tem um importante papel económico para a agricultura da UE e, ao mesmo tempo, um impacto positivo, por exemplo, na manutenção da biodiversidade e como fonte natural de adubos, também tem um impacto negativo no ambiente e no clima. Como podem os instrumentos da PAC reduzir este impacto negativo do setor da pecuária da UE, mantendo simultaneamente a competitividade da produção e os elevados padrões da UE neste setor sensível?
- O setor agrícola da UE depende das importações de fatores de produção essenciais, como adubos, proteínas e energia. Que medidas considera necessárias para reduzir essa dependência, de uma forma que também crie novas oportunidades para o setor agrícola?

Terceiro objetivo

- Qual é o seu entendimento relativamente a um sistema voluntário de avaliação comparativa da sustentabilidade nas explorações agrícolas? Tem experiências e exemplos de boas práticas a nível nacional que possa partilhar com outros Estados-Membros e com a Comissão?
- Como podemos incentivar a realização de mais ações para promover a resiliência hídrica e a saúde dos solos?

Quarto objetivo

- Como podem as sinergias e complementaridades entre as diferentes políticas ser utilizadas para reforçar a competitividade, a resiliência e a vitalidade das zonas rurais? Pode partilhar bons exemplos de como a coordenação dos instrumentos de financiamento beneficiou as zonas rurais do seu Estado-Membro?

Objetivo horizontal

- Que ações prioritárias pode a Comissão levar a cabo, para além das medidas previstas na PAC, com vista a criar um ambiente propício à inovação e às novas tecnologias no setor alimentar e na agricultura, e a proporcionar aos agricultores um acesso a essa inovação e a essas tecnologias tão amplo quanto possível?
- Que condições favoráveis e instrumentos de apoio são necessários para acelerar a transição digital na agricultura e nas zonas rurais?

Recomendações sobre a verificação rural

Os Estados-Membros apoiaram uma maior utilização da verificação rural na programação dos fundos e políticas da UE para além de 2027 durante os debates que tiveram lugar na reunião do Comité Especial da Agricultura de 3 de fevereiro de 2025 e na reunião do Conselho (Agricultura e Pescas) de 24 de fevereiro de 2025. Ao mesmo tempo, assinalaram que tal utilização não poderá implicar encargos administrativos adicionais. É expectável que a concretização da verificação rural por todas as direções-gerais da Comissão Europeia proporcione uma maior complementaridade e sinergia entre os diferentes instrumentos de apoio ao desenvolvimento rural.

A Presidência apresenta as principais recomendações dirigidas pelas delegações à Comissão Europeia sobre a aplicação da verificação rural no âmbito das políticas e fundos da UE para além de 2027.

- 1) A verificação rural merece ser aplicada a todas as políticas e fundos da UE para além de 2027, a fim de assegurar o seu contributo para o desenvolvimento rural sustentável e a sua coerência e complementaridade com os instrumentos da política agrícola comum.
- 2) É desejável uma maior cooperação e participação das outras direções-gerais (e não apenas da DG Agricultura e Desenvolvimento Rural) na programação e no financiamento do desenvolvimento rural para além de 2027.
- 3) Importa que os fundos e as políticas da UE (incluindo a política de coesão) para além de 2027 sejam mais bem coordenados, a fim de dar uma resposta adequada às necessidades de desenvolvimento rural.
- 4) Há que continuar a desenvolver instrumentos e o acesso a dados de elevada qualidade para acompanhar o impacto dos fundos e das políticas da UE no desenvolvimento rural, com base num conjunto comum de indicadores. É aconselhável reforçar a análise e a investigação sobre o impacto das políticas no desenvolvimento rural e para que a Comissão crie uma rede de observatórios rurais em toda a UE.

- 5) No âmbito da verificação rural, a Comissão deverá continuar a avaliar o impacto e os efeitos dos projetos de legislação da UE em matéria de desenvolvimento rural e rever regularmente as políticas da UE quanto ao seu impacto no desenvolvimento rural, o que não deve ser reduzido a avaliações *ex ante*. As análises das soluções jurídicas desenvolvidas pela Comissão também deverão incluir avaliações *ex post*.
- 6) A verificação rural deverá ser um mecanismo voluntário a nível nacional e a sua divulgação não pode impor encargos administrativos adicionais aos Estados-Membros por parte da Comissão.
- 7) O desenvolvimento rural deve ser uma prioridade para todas as políticas projetadas pela Comissão para o pós-2027, tendo em conta as diferentes necessidades das zonas rurais nos Estados-Membros.
- 8) No âmbito da verificação rural, a Comissão deverá reforçar o diálogo com as partes interessadas das políticas e dos fundos da UE para poder obter retorno de informações das comunidades rurais locais.
